



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### **PROJETO DE LEI Nº** , **DE 2017** (Do Sr. Augusto Carvalho)

Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, que define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente ao art. 1º Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, o seguinte parágrafo, que será o 2º, renumerando-se os demais:

“Art. 1º .....

§ 2º Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto o contrato de honorários advocatícios, desde que acompanhado de declaração firmada pelo advogado apresentante de que tentou, sem sucesso, receber amigavelmente a quantia que alega inadimplida”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### JUSTIFICAÇÃO

O art. 52 do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, aprovado pela Resolução nº 02/2015, de 19 de outubro de 2015, do Conselho Federal da OAB, estabelece:

“Art. 52. O crédito por honorários advocatícios, seja do advogado autônomo, seja de sociedade de advogados, não autoriza o saque de duplicatas ou qualquer outro título de crédito de natureza mercantil, podendo, apenas, ser emitida fatura, quando o cliente assim pretender, com fundamento no contrato de prestação de serviços, a qual, porém, não poderá ser levada a protesto.

Parágrafo único. Pode, todavia, ser levado a protesto o cheque ou a nota promissória emitido pelo cliente em favor do advogado, depois de frustrada a tentativa de recebimento amigável.”

Pois bem. A Corregedoria-Geral da Justiça de São Paulo, por meio do Comunicado CG nº 2383/2017 (DJE (26, 30/10 e 01/11/2017)), autorizou os cartórios a protestar contrato de honorários advocatícios, desde que o advogado declare que tentou, sem sucesso, receber amigavelmente a quantia que alega inadimplida, nos seguintes termos:

#### COMUNICADO CG Nº 2383/2017

A Corregedoria Geral da Justiça comunica aos senhores Tabeliães de Protesto de Letras e Títulos que nos termos do parecer supra, fica autorizada a recepção a protesto de contrato de honorários advocatícios, desde que acompanhado de declaração firmada pelo advogado apresentante, sob sua exclusiva responsabilidade, de que tentou, sem sucesso, receber amigavelmente a quantia que alega inadimplida.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Parecer 345/2017-E (Processo nº 2017/171359 - SÃO PAULO)<sup>1</sup>, a que o COMUNICADO CG Nº 2383/2017 faz referência, traz a seguinte ementa:

PROTESTO - CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - Nova redação do art. 52 do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil - Art. 24 da lei 8.906/94 - Admissibilidade do protesto, desde que o contrato esteja acompanhado de declaração firmada pelo advogado, sob sua responsabilidade, de que tentou receber amigavelmente a quantia de que se diz credor.

Segundo o parecer “afigura-se razoável admitir o protesto do próprio contrato de honorários advocatícios, documento bilateral, igualmente firmado pelo devedor”.

A proposição que ora apresentamos objetiva explicitar, a partir da orientação da Corregedoria-Geral da Justiça de São Paulo, a redação do art. 1º da Lei nº 9.492/97, de tal modo que não haja dúvidas quanto a possibilidade de se incluir entre os títulos sujeitos a protesto o contrato de honorários advocatícios. Com isso, pretendemos otimizar a aplicação do Código de Ética da OAB.

Sala das Sessões, em

de 2017.

Deputado AUGUSTO CARVALHO  
Solidariedade/DF

<sup>1</sup>

Disponível

em

<<https://www.extrajudicial.tjsp.jus.br/pexPtl/carregarDocumentoPublico.do?cdArquivo=8849920&cdPasta=1858513&nuAnocomunicado=2017&nuSeqcomunicado=2199>>. Acesso em 5 de novembro de 2017.